

BOLETIM

007/2024

Indicadores sociais: resultados para o Estado de Goiás entre 2012 a 2023

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Ronaldo Ramos Caiado

COORDENAÇÃO DO GOIÁS SOCIAL

Gracinha Carvalho Caiado

SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA

Adriano da Rocha Lima

Diretoria-Executiva

Erik Alencar de Figueiredo

Assessoria-Executiva

Alex Felipe Rodrigues Lima

Superintendência de Estudos Sociais e Ambientais

Evelyn de Castro Cruvinel

Gerência de Estudos Sobre Pobreza e Desigualdade

Evânio Marques de Souza Junior

Equipe técnica

Alex Felipe Rodrigues Lima

Evânio Marques de Souza Junior

Capa: Ricceli Alencar Cardoso

Revisão: Kimberly Magalhães Moreira

Todos os direitos deste trabalho reservados ao Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB).

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira (Praça Cívica), Setor Central (Antiga Chefatura de Polícia), Goiânia – GO.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IMB.

E-mail: imb@goias.gov.br

As publicações do IMB estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF.

Acesse: www.imb.go.gov.br

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Lima, A.F.R ; Souza Junior, E. M.

Síntese dos indicadores sociais do Estado de Goiás: taxa de extrema pobreza em 2023, 2024.

Índices para catálogo sistemático:

1. Extrema Pobreza.
2. Rendimento.
3. Desigualdades.

Sumário Executivo

- O Estado de Goiás alcançou o nível mais baixo de pobreza em toda a série histórica (2012-2023), para todas as linhas de pobreza ou de extrema pobreza adotadas, tanto em nível de pessoas quanto de domicílios;¹
- Em comparação com o Brasil, Goiás possui taxas de pobreza pelo menos duas vezes menores;
- Em 2023, 0,8% dos goianos tinham rendimento domiciliar *per capita* inferior a R\$105, enquanto 1,0% dos domicílios goianos se enquadram nessa categoria. Em ambos os casos, essas foram as menores taxas registradas entre as unidades federativas;
- No Brasil, a taxa de pobreza (rendimento menor que R\$105 *per capita*) entre pessoas foi de 1,7%, enquanto entre domicílios é de 2,2%;
- Em 2023, 3,3% (equivalente a 244 mil) goianos tinham rendimento domiciliar *per capita* inferior $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo. Essa é a segunda menor taxa do país. A média brasileira é de 9,3% (20 milhões de pessoas);
- Goiás é o estado que mais reduziu a proporção de pessoas com rendimento inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo entre 2023 e 2022. Isso significa que mais de 220 mil pessoas saíram da situação de vulnerabilidade de renda nesse período. No Brasil, mais de 5,8 milhões de pessoas saíram da vulnerabilidade de renda nesse período;
- Em 2023, a taxa de domicílios goianos com rendimento domiciliar *per capita* inferior $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo foi de 3,0%, enquanto a média brasileira é de 7,9%;
- O rendimento mensal médio domiciliar *per capita* de Goiás saiu de R\$1.645 em 2022 para R\$1.973 em 2023. O crescimento real foi de 19,9%, o segundo maior do Brasil, enquanto a média brasileira foi de 11,5%;
- Pela primeira vez em 10 anos, o rendimento médio domiciliar *per capita* superou a média nacional;
- Em todos os decis de renda os goianos tiveram um rendimento médio *per capita* superior à média brasileira, exceto para os 10% mais ricos;
- Em todos os decis de renda, os goianos tiveram crescimento de rendimento domiciliar *per capita* superior à média brasileira, exceto para a faixa do percentil 50 e 60;
- O rendimento entre os 40% mais pobres em Goiás é 30,9% maior que os seus pares no Brasil;
- Pela primeira vez na série histórica, o rendimento dos 1% mais ricos em Goiás é superior à média desse grupo no país;
- O Coeficiente de Gini em Goiás é de 0,473, representando o sexto estado com a menor desigualdade.

¹ Rendimento domiciliar *per capita* inferior a R\$105, R\$210 e $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo e de US\$2,15, US\$3,65 ou US\$6,85 dólares por dia.

Indicadores Sociais: Resultados para o Estado de Goiás entre 2012 a 2023

Introdução

O Instituto Mauro Borges (IMB), vinculada à Secretaria-Geral de Governo (SGG), tem a competência institucional de fornecer estatísticas abrangentes, sobre várias áreas do conhecimento para a sociedade goiana. É nesse espírito que o instituto publica a síntese de indicadores sociais do Estado de Goiás, com informações sobre extrema pobreza e desigualdade para o ano de 2023.

Para isso, foram utilizados os microdados do Suplemento “Rendimento de todas as fontes” da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no dia 19 de abril de 2024. Ressalta-se que para o cálculo dos indicadores de pobreza e desigualdade foi utilizada a variável de rendimento domiciliar *per capita*, obtida pela soma do rendimento habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes.

Outro ponto de destaque é que, para analisar a pobreza é necessário definir quem são os indivíduos considerados extremamente pobres e/ou pobres de acordo com os seus rendimentos². Se forem considerados os intervalos utilizados para o acesso à programas sociais, a linha de pobreza pode ser entendida como pessoas com um rendimento domiciliar *per capita* menor que R\$210 ou R\$105.

Por outro lado, é comum utilizar o corte de 25% do salário-mínimo de renda domiciliar *per capita* para tratar do grupo de extremamente pobres³. Há, também, outros cortes definidos pelo Banco Mundial que consideram como pobres aqueles que recebem menos que US\$2,15, US\$3,65 ou US\$6,85 dólares por dia. Em função da falta de consenso científico sobre a linha de pobreza, esta nota considera mais de um limite para abranger os principais cortes discutidos na literatura. Desse modo, utiliza-se os seguintes limites de renda: R\$ 105, R\$ 210 e R\$ 330 (correspondente a 25% do salário-mínimo em 2023)⁴.

Portanto, a presente nota explora indicadores de Pobreza para Goiás, Brasil e unidades federativas, tanto para pessoas quanto para domicílios. Aliado aos indicadores de pobreza unidimensionais, também descreve o comportamento do rendimento mensal médio domiciliar *per capita*, e desigualdade e bem-estar medidos principalmente pelo índice de Gini.

² Ressalta-se que existe uma ótica de Pobreza Multidimensional que agrega outros fatores para além da renda.

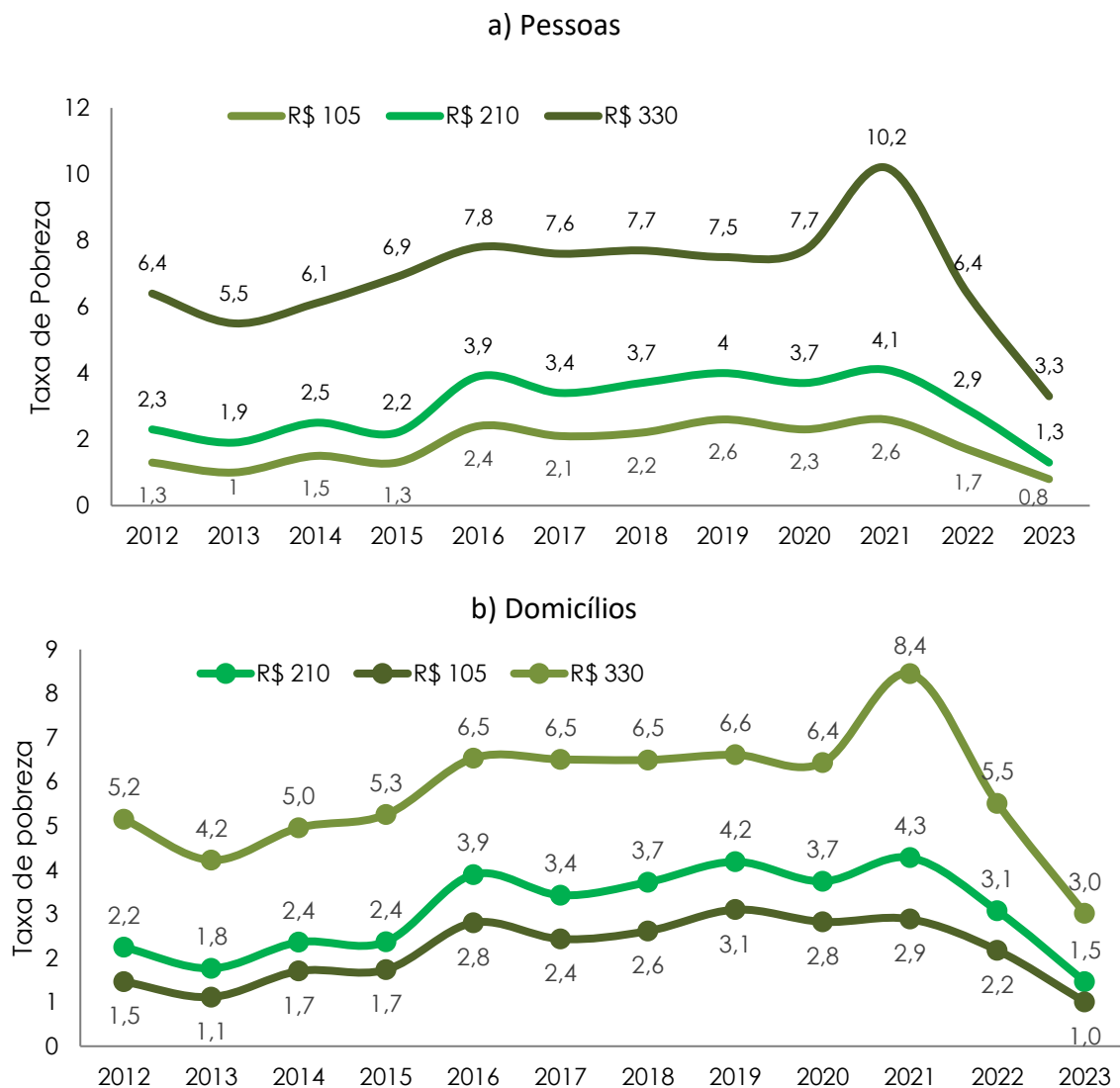
³ Ver FGV Social. Porém, vale ressaltar que existe uma grande discussão sobre os cortes de extrema pobreza e pobreza no Brasil. Ver: [Valor Econômico](#).

⁴ Em Anexo é apresentado as taxas para os limites do Banco Mundial.

Resultados: Indicadores de Pobreza⁵

Os resultados revelam que os indicadores de pobreza no Estado de Goiás atingiram o menor patamar no ano 2023, registrando o menor valor de toda a série histórica, independentemente da linha de pobreza considerada. Esses resultados são evidenciados na Figura 1, que apresenta o histórico dessas taxas no estado de Goiás⁶.

Figura 1 – Indicadores de Pobreza, por Diferentes Linhas de corte, em Goiás



Fonte: PNAD Contínua (IBGE).
 Elaboração: IMB.

⁵ As Tabelas A.1 a A.6, em Anexo, estão descritas as taxas de pobreza para todas as Unidades da Federação e a média brasileira, abrangendo todas as linhas, incluindo aquelas consideradas pelo Banco Mundial, desde 2012 até 2023.

⁶ O mesmo comportamento vale para os limites de renda do Banco Mundial. Ver Tabelas A.4, A.5 e A.6 em Anexo.

Em 2023, aproximadamente 0,8% dos goianos possuíam rendimento médio mensal domiciliar *per capita* inferior a R\$105, representando a menor taxa do país. É importante destacar que a média brasileira foi de 1,7%. Quando considerada uma linha mais abrangente (até R\$330) a taxa foi de 3,3% no mesmo ano. Nesse critério, Goiás apresentou o segundo menor indicador do país⁷. Enquanto isso, a taxa brasileira foi de 9,3%⁸.

Com relação aos domicílios, 1,0% dos domicílios goianos possui um rendimento inferior a R\$105 (a menor do país)⁹, enquanto a média do país foi de 2,2%. No critério até R\$330, o percentual goiano é de 3,0% (segunda menor do país) enquanto a média brasileira foi de 7,9%.

Destaca-se, portanto, o excelente desempenho do indicador goiano, demonstrando taxas pelo menos duas vezes menores que a média nacional, tanto para pessoas quanto domicílios (Tabela 1).

Tabela 1 – Comparação da Taxa de Extrema Pobreza em 2023 Goiás e Brasil

	Linhas de Extrema Pobreza		
	R\$ 105	R\$ 210	R\$ 330
Pessoas			
Goiás (%)	0,8	1,3	3,3
Brasil (%)	1,7	4,5	9,3
Brasil em relação a Goiás	2,1	3,5	2,8
Domicílios			
Goiás (%)	1,0	1,5	3,0
Brasil (%)	2,2	4,2	7,9
Brasil em relação a Goiás	2,2	2,8	2,6

Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

Elaboração: IMB.

Ressalta-se que esse resultado de 2023 é reflexo da significativa redução das taxas de extrema pobreza observada nos últimos anos. Assim sendo, Goiás é um dos estados que mais reduziu a taxa de extrema pobreza entre as unidades federativas em 2023, quando comparado a 2022¹⁰. Considerando a linha de 25% do salário-mínimo, o estado reduziu a taxa em 49,2%, essa é a maior redução do país (Figura A.3).

⁷ Essa posição também vale para o critério de R\$210.

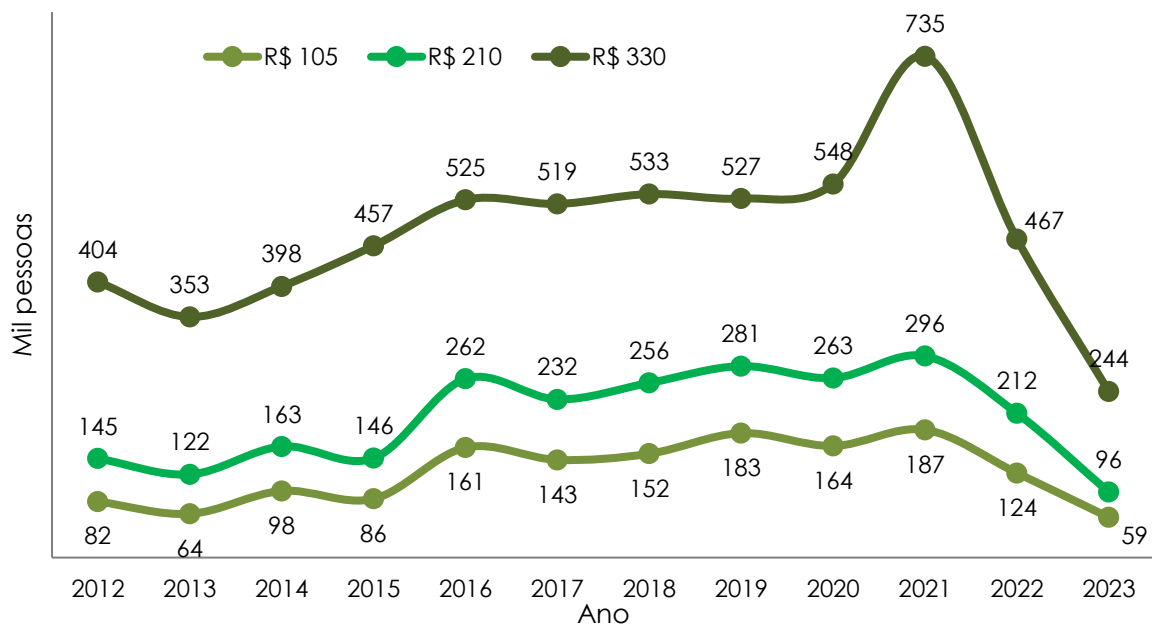
⁸ Ver Figura A.1 em Anexo.

⁹ Ver Figuras A.2 e A.4 em Anexo.

¹⁰ Quando é comparado a taxa de 2023 com qualquer ano antes de 2014, o Estado de Goiás apresenta a maior redução relativa do país (Figura A.5);

Em termos absolutos, a quantidade de pessoas abaixo da linha da pobreza em Goiás é de 244 mil pessoas (Figura 4), considerando o corte mais abrangente, de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Essa atual dinâmica de pobreza sugere que 223 mil pessoas saíram dessa situação entre 2022 e 2023. No país, 5,8 milhões de pessoas saíram da pobreza no mesmo período.

Figura 4 – Quantidade de Pessoas em Extrema Pobreza em Goiás por Ano para Diferentes Linhas de Pobreza



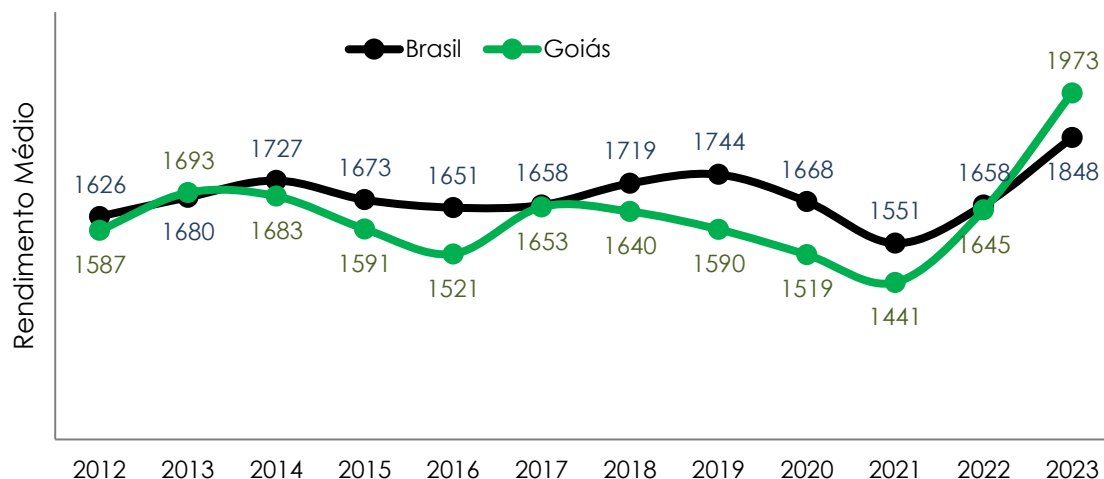
Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

Elaboração: IMB.

Resultados: Rendimento Domiciliar médio *per capita*

Em 2023, o rendimento médio mensal real domiciliar per capita em Goiás foi de R\$1.973, o maior valor de toda a série histórica iniciada em 2012. Pela primeira vez em 10 anos o rendimento médio mensal domiciliar per capita de Goiás foi superior à média do Brasil, que registrou R\$1.848.

Figura 5 – Rendimento Médio Mensal Domiciliar Per Capita – Brasil e Goiás



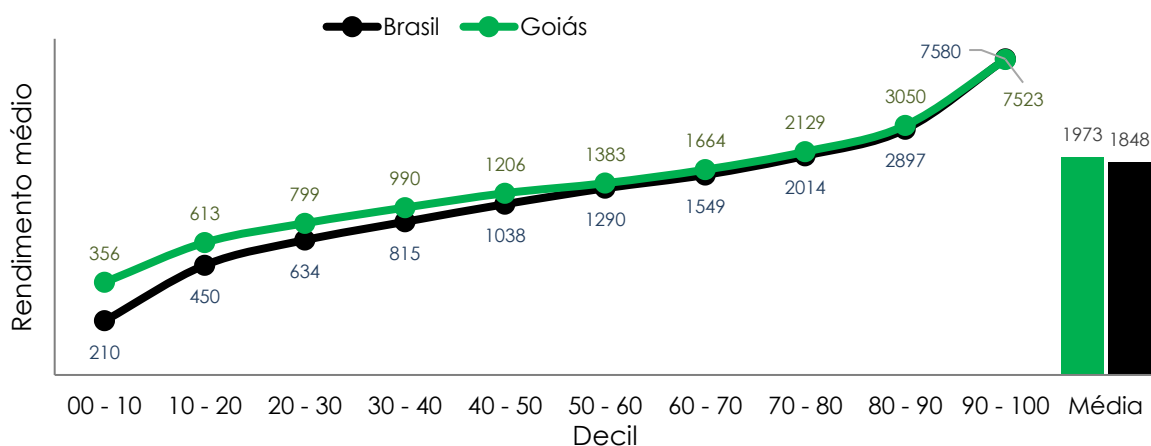
Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

Elaboração: IMB.

Em comparação a 2022, ano no qual o rendimento foi de R\$1.645, houve um crescimento de R\$328, que representa um aumento de 19,9% em Goiás, registrando, assim, o segundo maior crescimento do rendimento entre as unidades federativas (Figura A.6). Com esse crescimento, o estado atinge o oitavo maior rendimento do Brasil, ganhando duas posições entre 2022 e 2023 (Figura A.7).

Vale ressaltar que o rendimento foi superior à média nacional em todos os estratos de renda, exceto para os 10% mais ricos, que possuem um rendimento médio R\$57 menor que seus pares no país (10% mais ricos do Brasil). Os resultados podem ser vistos na Figura 6.

Figura 6 – Rendimento Médio Mensal Domiciliar Per Capita por Decil – Brasil e Goiás - 2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

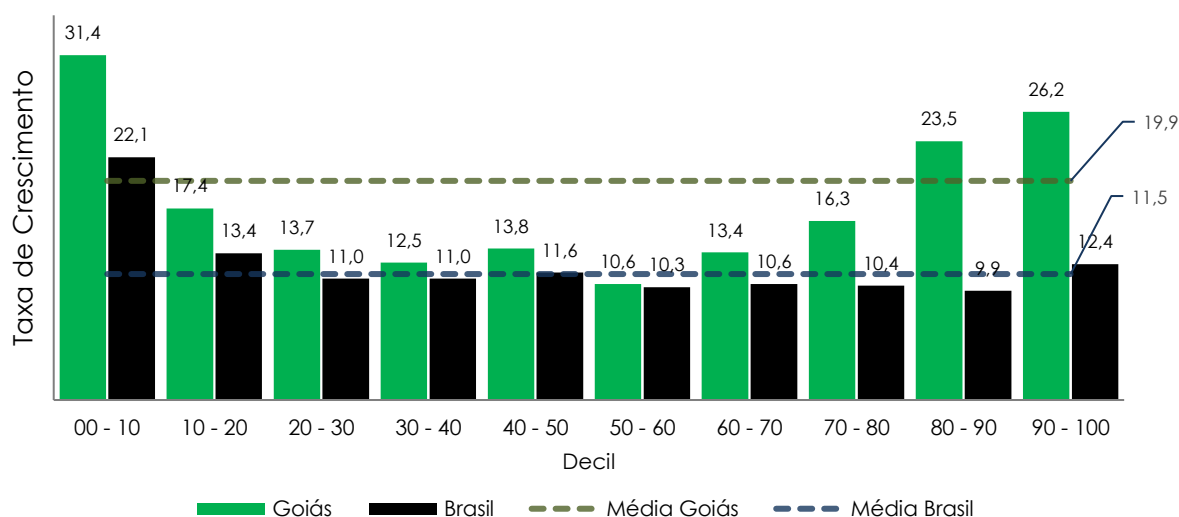
Elaboração: IMB.

Nota: Escala logarítmica no eixo y.

Outro ponto relevante é que os goianos, em todos os estratos de renda, tiveram uma expansão do rendimento superior à média nacional. Com destaque para o crescimento de renda dos mais pobres, que apresentou uma variação de 31,4% em 2023 em relação a 2022. No Brasil, esse mesmo grupo obteve um crescimento de 22,1%, 9,3 p.p em comparação a Goiás. Além desses, o topo da distribuição também exibiu um crescimento maior que a média do estado.

A ascensão do rendimento em todos os estratos de renda foi maior que o crescimento da média brasileira, exceto aqueles entre o decil de 50 a 60. Os principais resultados podem ser verificados na Figura 7.

Figura 7 – Taxa de Crescimento do Rendimento Médio Mensal Domiciliar Per Capita por Decil – Brasil e Goiás - 2023

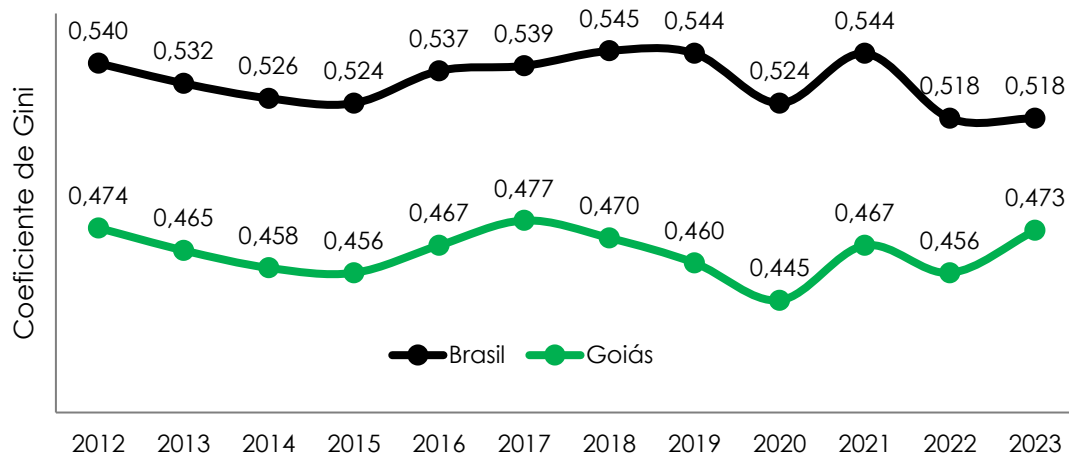


Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

Elaboração: IMB.

Resultados: Desigualdade e Bem-Estar

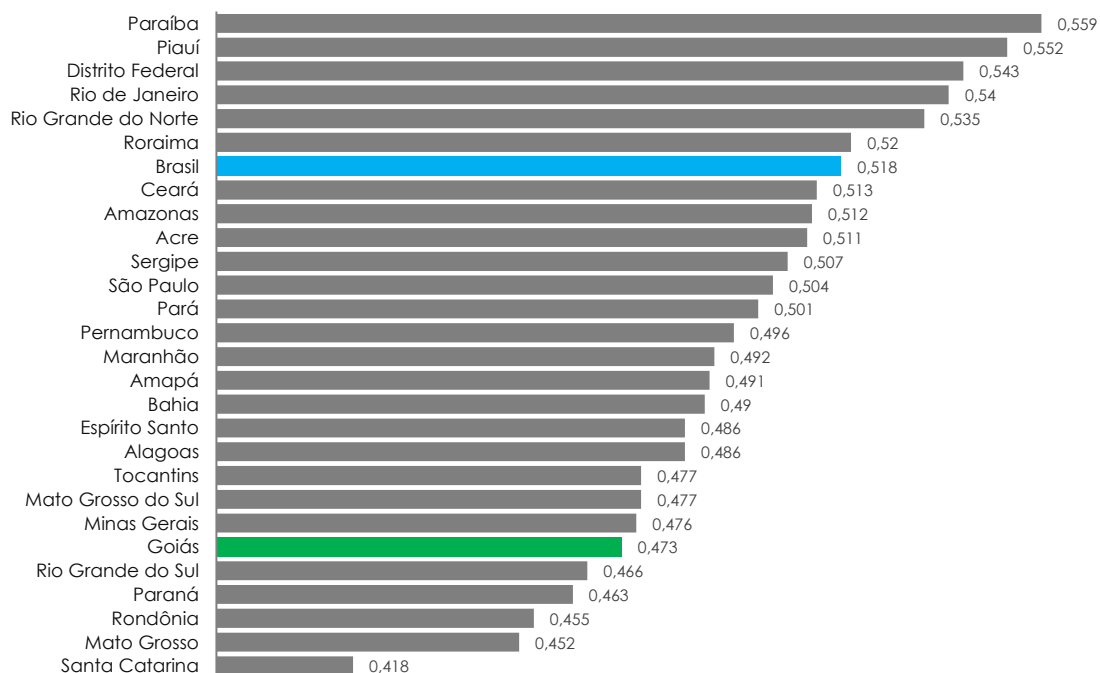
A desigualdade de renda é comumente calculada a partir do coeficiente de Gini. Esse coeficiente varia entre zero e um, no qual o valor um implica que uma única pessoa recebe todo o rendimento, enquanto o valor zero implica a ausência de desigualdade. Em Goiás, o coeficiente de Gini em 2023 é de 0,473 (Figura 8).

Figura 8 – Coeficiente de Gini do Rendimento domiciliar *per capita* – Brasil e Goiás

Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

Elaboração: IMB.

Em relação a 2022, houve um crescimento de 0,017 pontos do indicador em Goiás, enquanto a média brasileira manteve-se constante no mesmo período. Nesse nível, Goiás possui a sexta menor desigualdade dentre as unidades federativas.

Figura 9 – Coeficiente de Gini por Estado - 2023

Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

Elaboração: IMB.

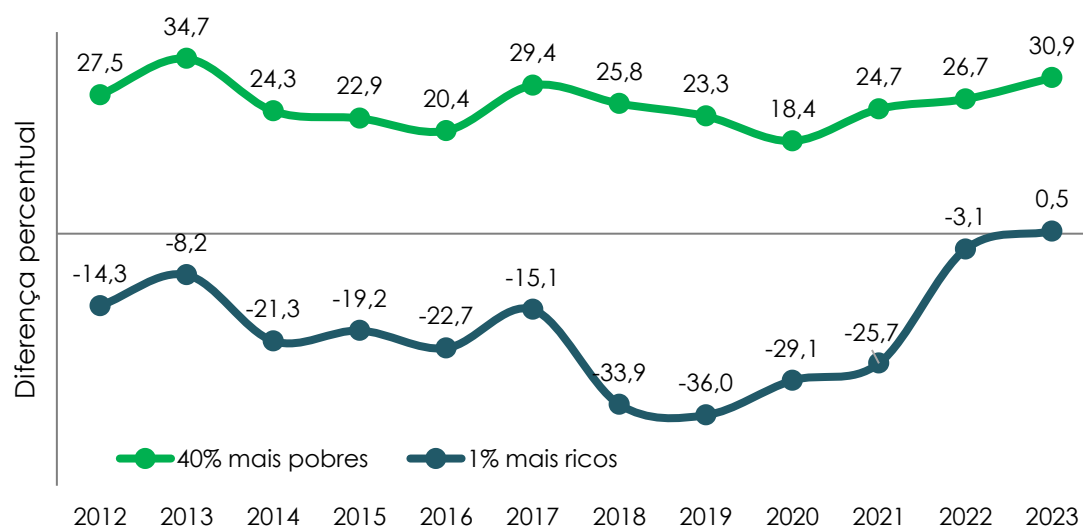
Ainda que tenha sido reduzida a quantidade de pobres no estado, acompanhada por um aumento do rendimento em todas as faixas de renda, é observado um aumento da desigualdade. Esse aumento do coeficiente de Gini é reflexo, sobretudo, do crescimento de renda dos extratos mais elevados. Isto é, o crescimento de renda acima da média da camada mais rica da população colaborou para a variação da desigualdade medida pelo Gini.

Por outro lado, uma única medida de desigualdade pode ser insuficiente para mensurar o bem-estar social. Nesse caso, ainda que o coeficiente de Gini tenha crescido, observa-se uma escalada de rendimento maior que a média brasileira em quase todas as faixas de renda. Portanto, esse aumento do rendimento em todo estado sugere um aumento do bem-estar em Goiás quando comparado à média nacional.

Outra medida de desigualdade é a distância de renda entre os 1% mais ricos e os 40% mais pobres. Em Goiás, o rendimento dos 1% mais ricos é 30,1 vezes maior que os 40% mais pobres, já no Brasil, essa taxa é de 39,2. Outro aspecto em noção de bem-estar é a diferença de rendimento entre os percentis de renda de Goiás e Brasil. Em 2023, os mais pobres tinham um rendimento mensal médio domiciliar *per capita* 30,9% maior que a média brasileira, sugerindo que os mais pobres possuem uma situação melhor que a média do Brasil.

Do mesmo modo, os 1% mais ricos sempre tiveram uma renda média menor que a média brasileira, entretanto, ao longo dos últimos anos essa diferença foi reduzindo, ao passo que, em 2023, o rendimento médio dos mais ricos em Goiás é 0,5% maior que a média dos 1% mais ricos. A Figura a seguir mostra que os mais pobres sempre tiveram uma renda média maior que a média brasileira, e que os mais ricos atingiram um patamar similar a média brasileira. Logo, tanto os mais pobres quanto os mais ricos ficaram em situações melhores em Goiás.

Figura 10 – Diferença Percentual de Rendimento entre os 40% mais pobres e 1% mais ricos entre Brasil e Goiás.



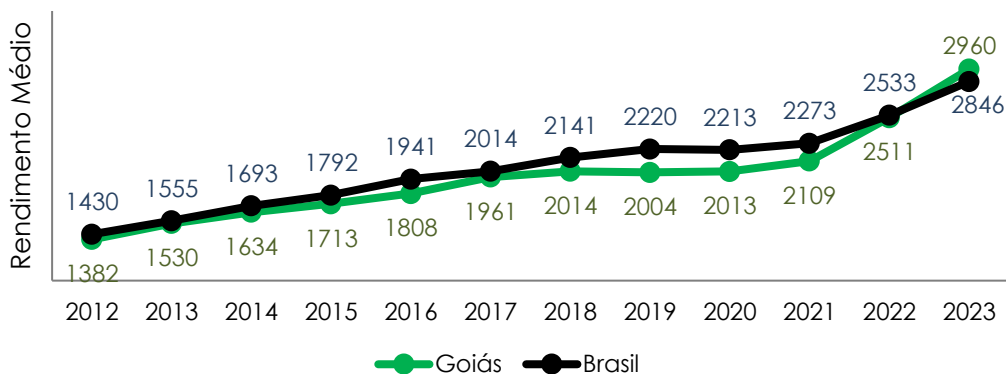
Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

Elaboração: IMB.

Resultados: rendimento médio

Em 2023, o rendimento mensal real médio em Goiás, que descreve o rendimento médio de todos os residentes que possuem algum tipo de rendimento, foi de R\$2960, o nono maior entre as unidades federativas, e o maior de toda a série histórica iniciada em 2012. A Figura 11 descreve a série histórica desse rendimento.

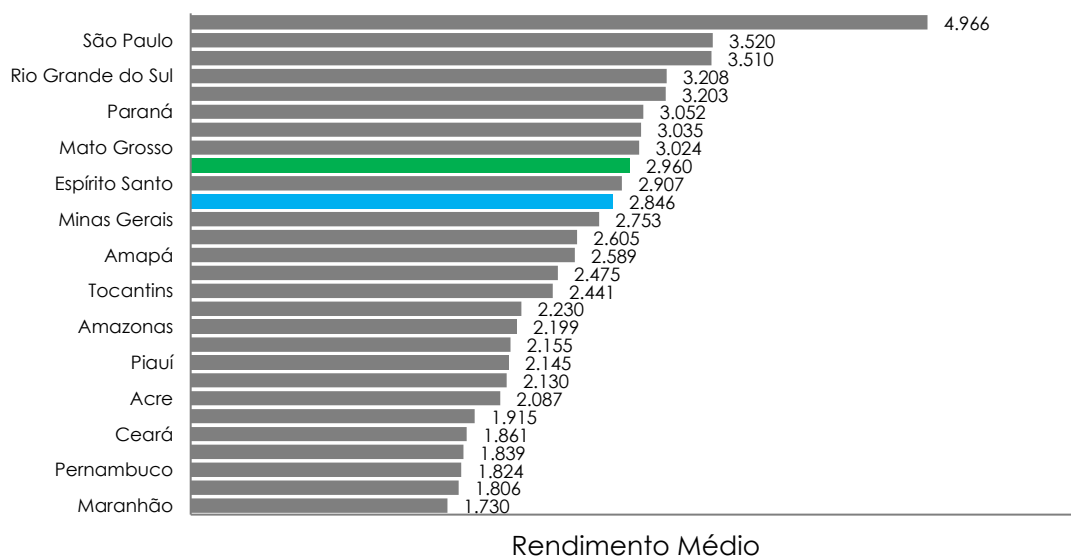
Figura 11 – Rendimento Mensal Real Médio para Brasil e Goiás



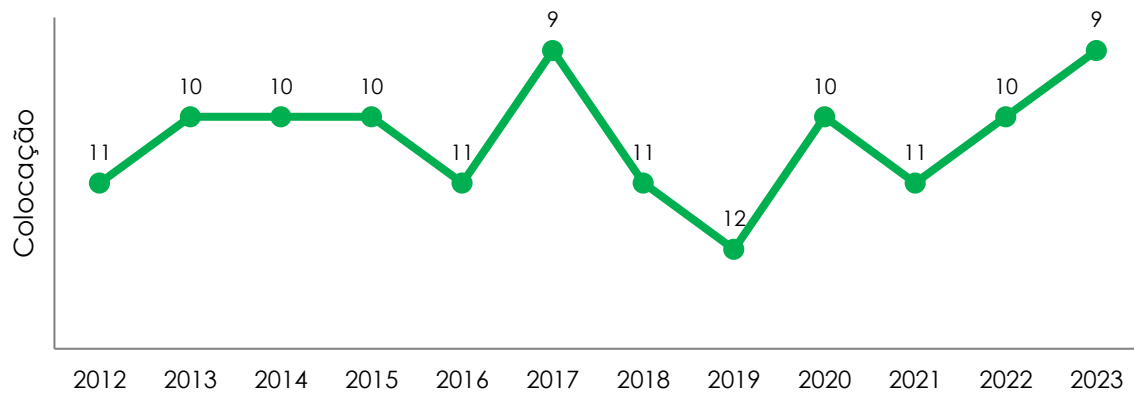
Fonte: PNAD Contínua (IBGE).
Elaboração: IMB.

Em comparação com o Brasil, o rendimento de Goiás superou em R\$114 a média do país. Sendo assim, pela primeira vez em toda a série histórica a média do estado superou a média Brasileira. Já em relação aos estados, Goiás possui o nono maior rendimento. Em uma perspectiva temporal, desde 2012, essa é a melhor colocação atingida pelo estado.

Figura 12 – Rendimento Mensal Real Médio por Estado em 2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE).
Elaboração: IMB.

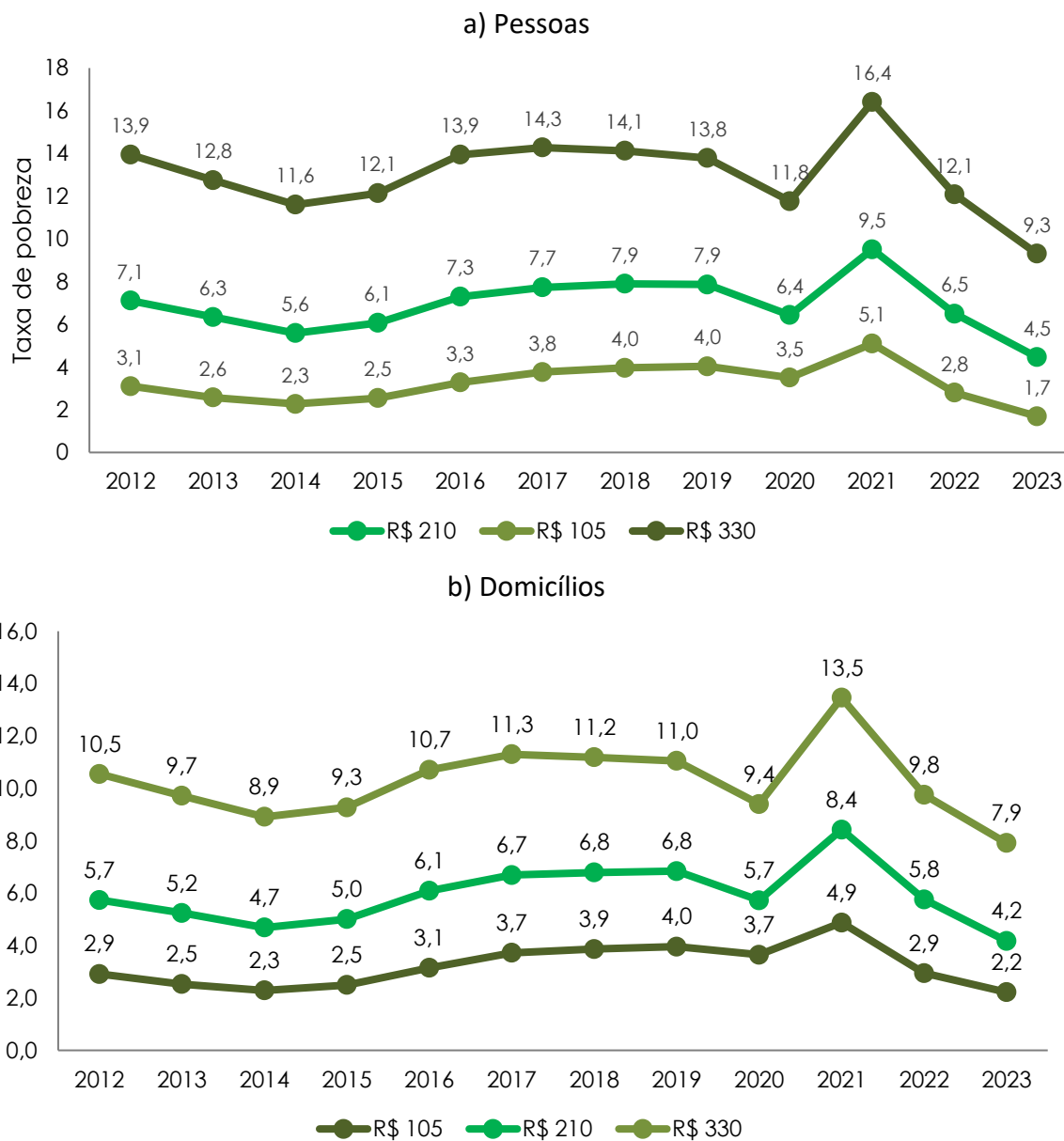
Figura 13 – Colocação de Goiás no Ranking do Rendimento Médio por Ano

Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

Elaboração: IMB.

Anexos

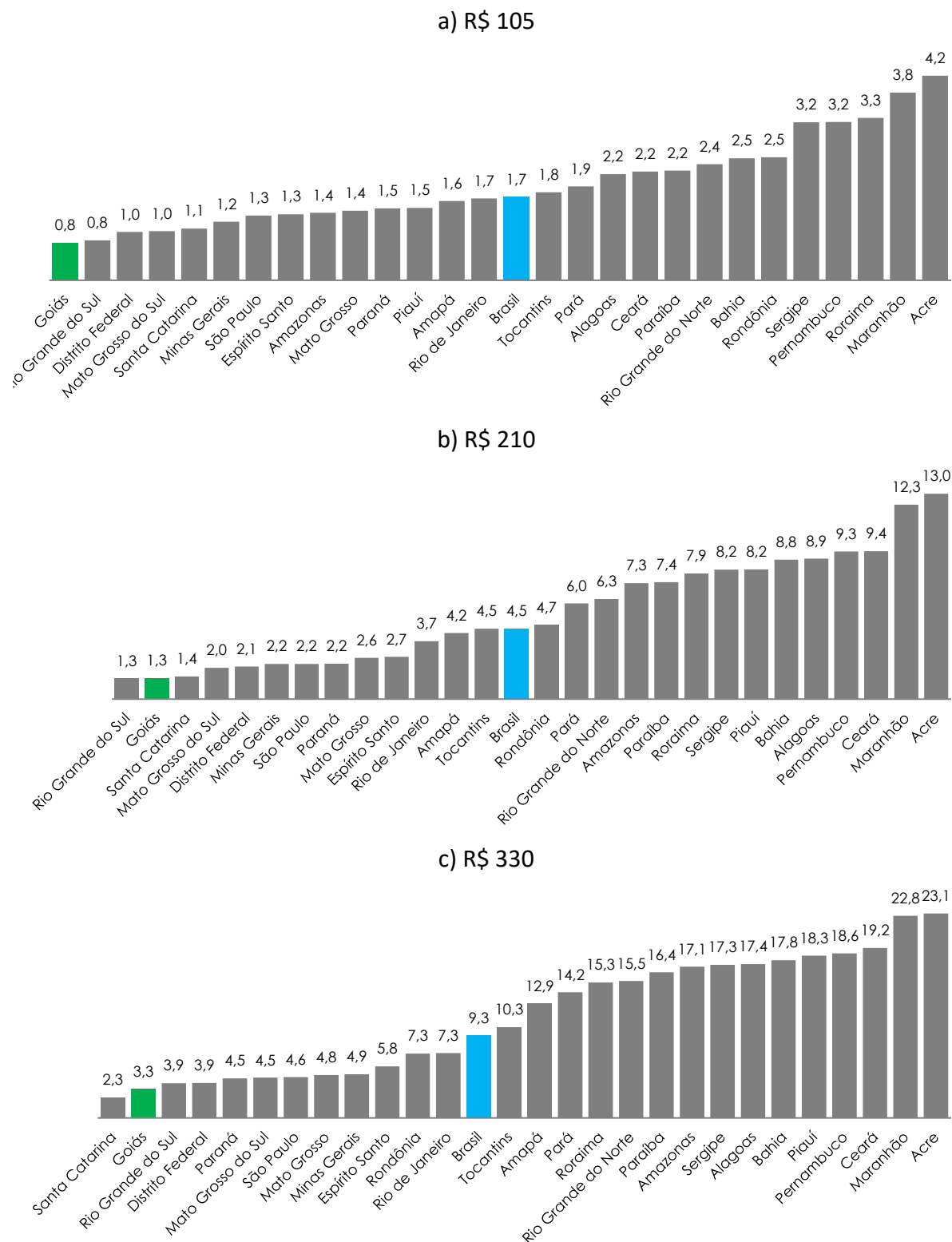
Figura A.1 – Indicadores de Pobreza por pessoa, por Diferentes Linhas de corte, no Brasil



Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

Elaboração: IMB.

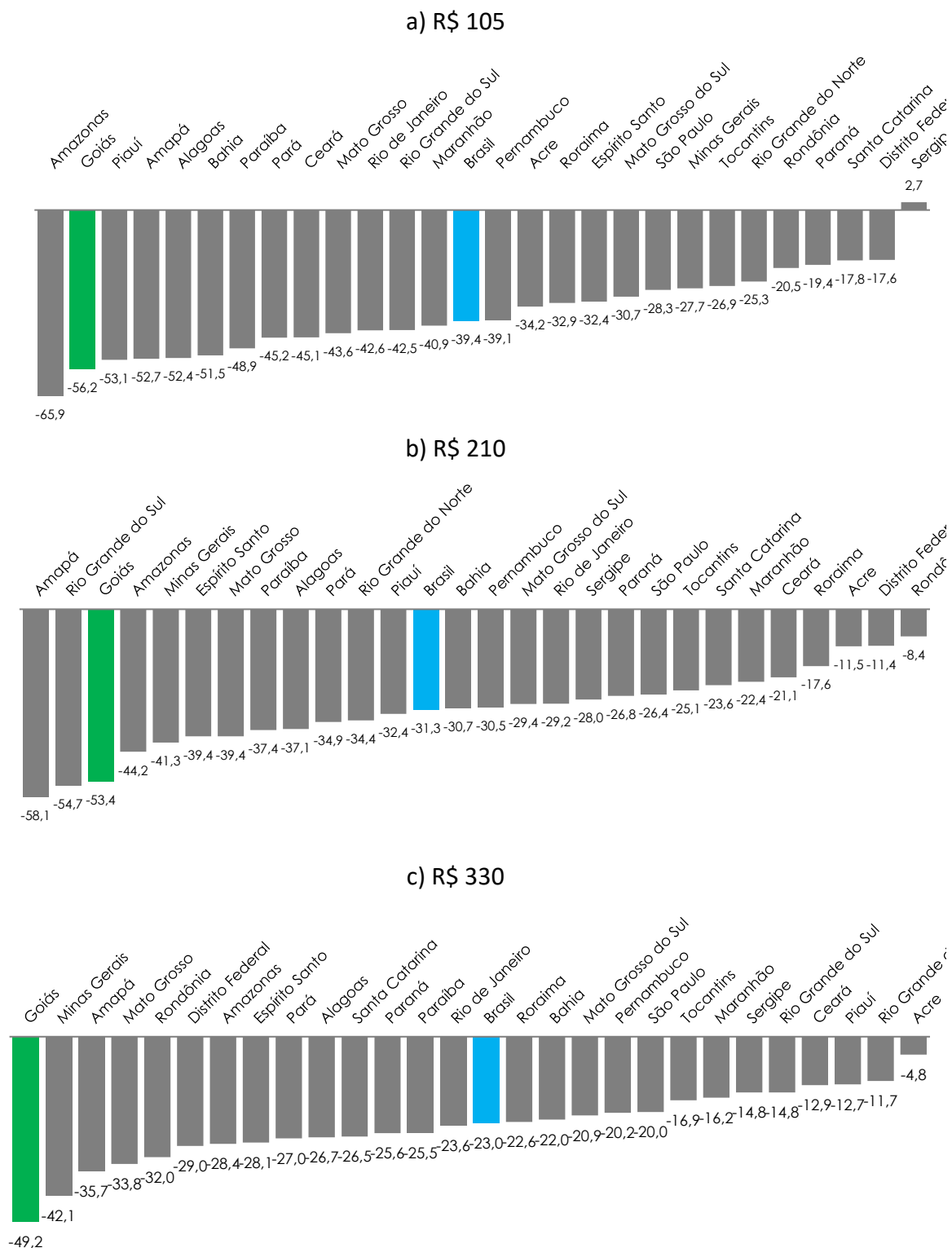
Figura A.2 – Indicadores de Pobreza por pessoa, em Diferentes Linhas de corte, no ano de 2023 por Unidade Federativa



Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

Elaboração: IMB.

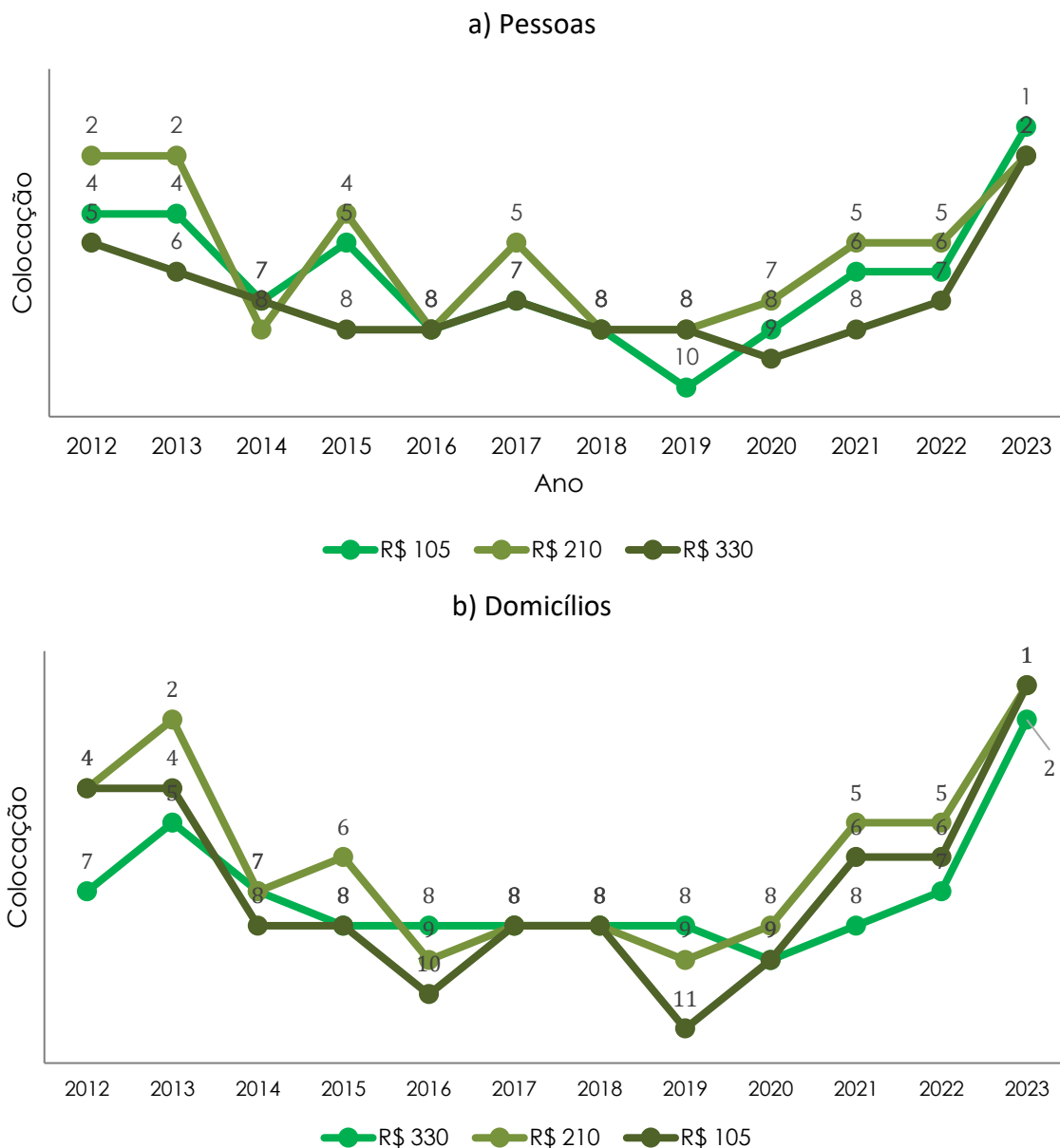
Figura A.3 – Taxa de Variação dos Indicadores de Pobreza por pessoa, por Diferentes Linhas de corte, entre 2022 e 2023 por Unidade Federativa



Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

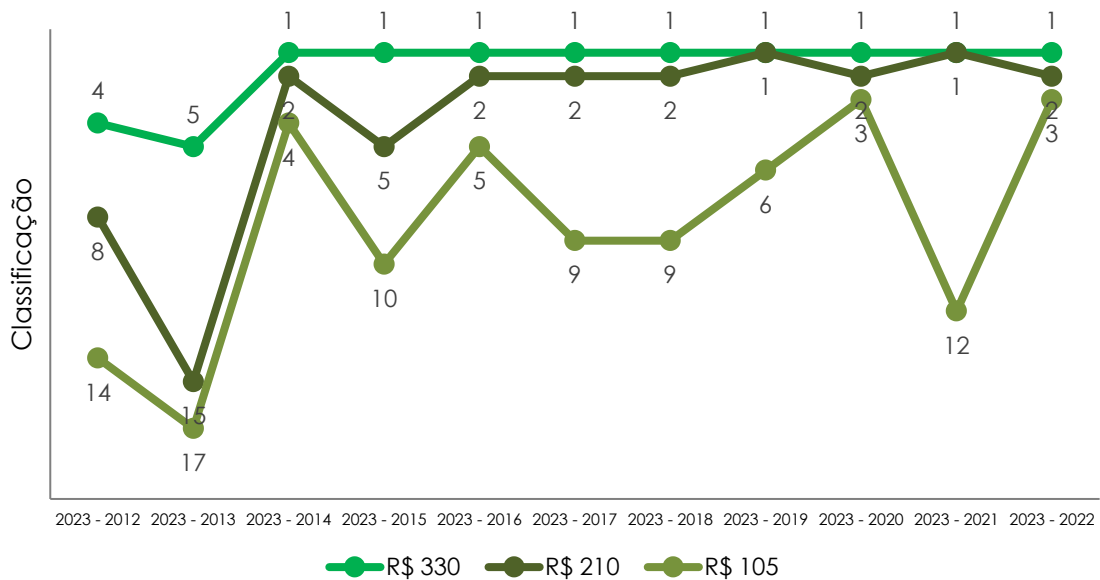
Elaboração: IMB.

Figura A.4 – Colocação de Goiás no ranking nacional dos Indicadores de Pobreza por Ano



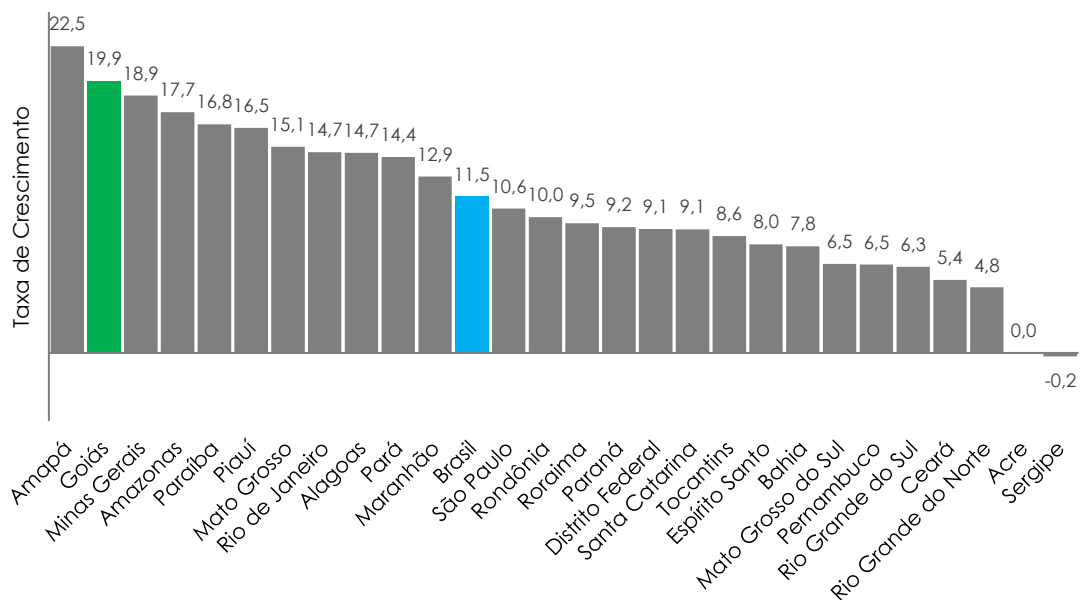
Fonte: PNAD Contínua (IBGE).
Elaboração: IMB.

Figura A.5 – Colocação de Goiás no ranking nacional da Redução Percentual dos Indicadores de Pobreza para Pessoas por Ano



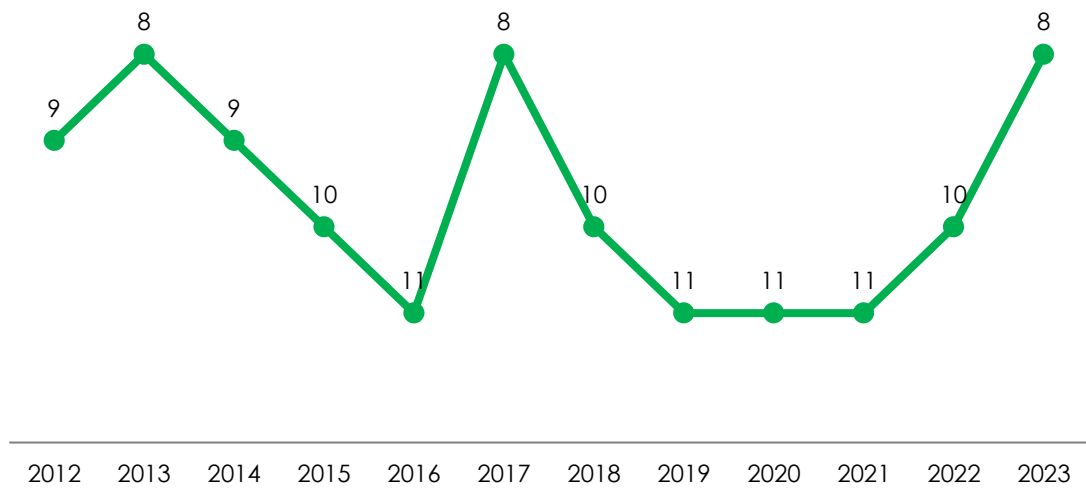
Fonte: PNAD Contínua\IBGE. Elaboração: IMB.

Figura A.6 – Taxa de Crescimento do Rendimento Médio Mensal Domiciliar Per Capita entre 2023 e 2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE).
Elaboração: IMB.

Figura A.7 – Colocação no Ranking Nacional do Rendimento Médio Mensal Domiciliar *Per Capita*



Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

Elaboração: IMB.

**Tabela A.1 – Taxa de Pobreza por Unidade Federativa de 2012 a 2023 – Linha de Pobreza:
R\$ 105**

UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Rondônia	2,9	3,0	2,2	2,6	3,4	2,9	3,0	2,7	3,1	5,3	3,1	2,5
Acre	6,6	4,7	3,8	3,5	4,9	6,8	7,4	9,5	6,1	10,1	6,3	4,2
Amazonas	4,7	3,5	3,1	4,0	4,7	6,4	6,2	7,1	5,8	7,3	4,0	1,4
Roraima	3,0	1,8	2,6	1,7	3,7	4,1	5,6	6,2	5,3	6,7	4,9	3,3
Pará	5,2	3,8	3,2	4,3	4,6	5,1	6,1	6,1	3,8	7,1	3,5	1,9
Amapá	1,7	2,1	1,7	3,8	5,9	5,3	6,9	4,0	4,5	5,6	3,4	1,6
Tocantins	3,3	3,2	2,3	2,4	3,5	3,1	3,9	5,2	3,0	3,9	2,4	1,8
Maranhão	8,7	8,3	6,1	6,9	8,2	10,0	12,6	13,0	7,9	13,1	6,5	3,8
Piauí	5,1	3,5	2,5	3,5	4,7	6,7	6,5	7,5	4,2	6,5	3,1	1,5
Ceará	6,1	4,9	4,3	4,7	6,0	6,1	6,4	6,1	5,2	8,6	4,0	2,2
Rio Grande do Norte	4,2	3,9	3,8	3,5	4,5	6,1	5,6	5,5	2,9	5,7	3,2	2,4
Paraíba	4,4	3,0	3,4	3,2	3,2	4,0	5,5	7,6	5,0	8,9	4,4	2,2
Pernambuco	6,3	4,6	4,5	5,2	5,9	7,1	6,3	8,0	7,0	10,2	5,3	3,2
Alagoas	6,6	6,6	6,4	7,1	7,9	9,0	12,2	10,0	7,3	8,5	4,5	2,2
Sergipe	5,2	3,7	3,6	3,5	6,0	7,7	8,6	6,4	3,6	7,0	3,1	3,2
Bahia	5,2	4,7	3,3	4,2	5,9	7,7	7,6	7,6	6,0	9,3	5,1	2,5
Minas Gerais	2,1	1,5	1,5	1,6	2,6	2,5	2,1	2,5	2,0	3,2	1,6	1,2
Espírito Santo	1,5	1,9	2,0	2,1	3,0	3,1	2,8	2,1	2,8	4,4	2,0	1,3
Rio de Janeiro	2,1	2,2	1,9	2,1	2,6	3,0	2,8	3,0	3,9	5,5	2,9	1,7
São Paulo	1,7	1,3	1,3	1,4	1,8	1,9	2,1	1,8	2,2	2,9	1,8	1,3
Paraná	1,6	1,1	1,0	1,1	1,3	1,6	1,8	2,0	2,8	2,4	1,8	1,5
Santa Catarina	1,0	0,7	0,7	0,8	1,2	1,3	1,2	1,2	1,5	1,8	1,3	1,1
Rio Grande do Sul	1,3	1,0	1,0	0,9	1,3	1,7	1,6	1,6	1,8	2,0	1,4	0,8
Mato Grosso do Sul	1,1	0,9	0,7	1,1	0,8	1,2	2,1	1,5	1,6	2,5	1,4	1,0
Mato Grosso	1,6	1,4	1,4	1,8	1,9	1,8	1,6	2,0	2,2	2,2	2,5	1,4
Goiás	1,3	1,0	1,5	1,3	2,4	2,1	2,2	2,6	2,3	2,6	1,7	0,8
Distrito Federal	1,5	2,2	1,8	1,8	1,5	2,4	2,6	1,3	2,2	3,0	1,2	1,0
Brasil	3,1	2,6	2,3	2,5	3,3	3,8	4,0	4,0	3,5	5,1	2,8	1,7

Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

Elaboração: IMB.

**Tabela A.2 – Taxa de Pobreza por Unidade Federativa de 2012 a 2023 – Linha de Pobreza:
R\$ 210**

UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Rondônia	6,7	6,7	4,9	5,6	6,4	5,5	5,7	5,7	5,5	8,7	5,1	4,7
Acre	15,2	13,3	11,7	12,3	17,2	17,9	16,7	18,4	11,1	17,8	14,7	13,0
Amazonas	13,7	12,9	11,3	13,1	16,3	17,0	17,1	18,4	14,6	18,0	13,1	7,3
Roraima	7,1	7,0	6,3	5,7	6,9	8,6	10,0	14,1	11,0	15,8	9,6	7,9
Pará	14,8	12,8	11,5	13,4	14,0	13,7	14,5	15,3	9,3	16,8	9,3	6,0
Amapá	10,2	6,2	8,1	11,9	13,3	11,1	12,6	10,0	12,4	13,0	9,9	4,2
Tocantins	7,8	8,4	6,5	7,2	8,5	6,8	8,4	9,7	6,8	8,7	5,9	4,5
Maranhão	20,9	19,4	17,7	18,5	20,5	21,3	22,4	23,5	15,8	23,6	15,9	12,3
Piauí	15,5	13,2	12,9	12,1	14,8	17,8	17,4	16,7	10,8	17,1	12,1	8,2
Ceará	15,1	14,4	12,4	12,8	15,0	14,3	14,5	14,1	10,3	16,9	11,8	9,4
Rio Grande do Norte	11,1	9,8	9,0	8,8	10,4	12,7	12,7	13,3	6,9	15,0	9,6	6,3
Paraíba	13,2	11,6	9,4	10,0	11,9	12,2	13,7	15,1	10,5	17,6	11,8	7,4
Pernambuco	12,9	11,1	9,9	11,7	14,1	14,4	13,6	15,1	13,2	20,5	13,4	9,3
Alagoas	14,0	15,2	14,5	14,9	16,2	17,7	20,2	17,3	13,4	17,3	14,1	8,9
Sergipe	13,0	10,9	9,7	9,6	13,6	15,7	16,3	15,0	9,2	16,3	11,4	8,2
Bahia	15,3	12,9	9,6	11,6	13,7	16,3	16,1	15,8	10,8	17,7	12,7	8,8
Minas Gerais	4,6	3,9	3,6	3,4	5,1	4,5	4,4	4,6	3,7	5,6	3,8	2,2
Espírito Santo	3,4	4,1	3,8	4,8	5,5	5,9	5,1	4,6	4,7	7,6	4,4	2,7
Rio de Janeiro	3,7	3,5	3,1	3,3	4,1	4,4	4,6	4,7	6,0	7,9	5,2	3,7
São Paulo	2,4	2,2	2,0	2,1	2,9	3,2	3,4	2,9	3,5	4,6	3,0	2,2
Paraná	2,5	1,9	2,0	2,4	2,4	3,1	3,2	3,0	4,0	4,0	3,1	2,2
Santa Catarina	1,8	1,2	1,0	1,2	2,0	1,7	1,7	1,8	2,1	2,5	1,9	1,4
Rio Grande do Sul	2,4	2,0	2,0	1,9	2,3	2,8	3,0	2,6	2,7	3,1	2,9	1,3
Mato Grosso do Sul	2,5	2,4	1,6	2,4	2,4	3,5	3,5	3,2	2,6	4,3	2,8	2,0
Mato Grosso	3,3	2,6	2,3	2,6	2,9	3,4	3,0	3,0	3,4	3,9	4,3	2,6
Goiás	2,3	1,9	2,5	2,2	3,9	3,4	3,7	4,0	3,7	4,1	2,9	1,3
Distrito Federal	2,6	3,3	2,5	2,9	2,4	3,9	3,6	2,3	3,2	4,7	2,3	2,1
Brasil	7,1	6,3	5,6	6,1	7,3	7,7	7,9	7,9	6,4	9,5	6,5	4,5

Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

Elaboração: IMB.

**Tabela A.3 – Taxa de Pobreza por Unidade Federativa de 2012 a 2023 – Linha de Pobreza:
R\$ 330**

UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Rondônia	15,9	14,7	11,8	14,0	14,0	12,1	12,3	11,8	9,5	15,9	10,7	7,3
Acre	27,7	26,7	24,5	25,1	30,2	30,2	26,3	29,9	21,7	28,8	24,2	23,1
Amazonas	27,1	25,2	24,9	24,9	31,4	30,1	28,6	30,6	26,7	32,4	23,9	17,1
Roraima	17,8	14,7	15,1	13,1	16,3	16,7	20,6	25,6	21,2	27,9	19,8	15,3
Pará	26,7	26,4	24,4	24,7	28,2	26,8	27,3	27,4	18,9	28,6	19,4	14,2
Amapá	22,7	17,8	20,4	22,1	26,9	26,3	27,8	24,6	20,7	33,6	20,1	12,9
Tocantins	20,7	19,0	15,4	17,2	19,2	16,4	17,5	19,2	14,9	17,6	12,4	10,3
Maranhão	34,1	32,9	30,3	32,5	33,8	34,4	34,4	35,6	26,6	37,8	27,2	22,8
Piauí	27,0	24,1	24,0	21,4	26,7	28,0	27,2	26,7	18,9	28,2	21,0	18,3
Ceará	27,5	26,3	23,4	23,9	25,9	25,2	24,5	24,0	19,9	27,7	22,0	19,2
Rio Grande do Norte	21,5	20,2	18,8	17,9	19,8	23,2	22,7	23,5	15,3	26,3	17,5	15,5
Paraíba	26,6	24,1	20,2	20,5	23,9	21,3	24,9	26,1	18,6	29,4	22,1	16,4
Pernambuco	25,0	22,4	19,6	22,0	24,3	26,0	24,8	25,6	23,3	31,5	23,3	18,6
Alagoas	27,8	28,5	26,2	28,4	28,5	31,3	32,3	29,4	23,7	29,7	23,7	17,4
Sergipe	24,7	24,7	19,5	20,9	25,4	26,6	27,6	27,1	17,0	27,8	20,3	17,3
Bahia	27,3	24,4	21,1	22,1	26,0	27,6	26,7	25,3	20,0	28,7	22,8	17,8
Minas Gerais	11,1	9,5	8,8	8,2	10,4	10,1	9,3	8,8	7,1	11,5	8,5	4,9
Espírito Santo	9,3	9,0	9,7	10,8	10,7	11,4	10,3	9,5	8,6	14,1	8,1	5,8
Rio de Janeiro	8,2	7,7	7,2	7,2	8,7	9,1	8,4	9,0	10,0	12,6	9,6	7,3
São Paulo	5,0	4,2	3,9	4,8	5,5	6,3	6,6	6,0	6,2	8,2	5,8	4,6
Paraná	5,4	5,4	4,1	4,8	6,2	5,9	6,2	5,5	6,4	7,8	6,0	4,5
Santa Catarina	3,8	2,9	2,7	2,8	3,8	3,5	3,5	3,1	3,7	4,9	3,2	2,3
Rio Grande do Sul	5,5	4,3	4,5	4,1	5,3	5,4	6,3	4,8	5,1	5,5	4,6	3,9
Mato Grosso do Sul	6,6	5,4	4,9	5,9	6,0	6,6	6,9	6,2	6,0	9,1	5,7	4,5
Mato Grosso	7,8	6,3	6,3	6,3	7,4	8,0	6,1	6,2	7,0	8,3	7,3	4,8
Goiás	6,4	5,5	6,1	6,9	7,8	7,6	7,7	7,5	7,7	10,2	6,4	3,3
Distrito Federal	6,6	6,0	5,6	5,9	6,9	6,7	6,7	4,9	5,8	8,6	5,6	3,9
Brasil	13,9	12,8	11,6	12,1	13,9	14,3	14,1	13,8	11,8	16,4	12,1	9,3

Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

Elaboração: IMB.

Tabela A.4 – Taxa de Pobreza por Unidade Federativa de 2012 a 2023 – Linha de Pobreza: US\$ 2,15 diários

UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Rondônia	6,7	6,6	4,9	5,5	6,4	5,5	5,4	5,6	5,4	8,5	5,1	4,6
Acre	15,0	13,3	11,5	12,0	16,9	17,4	16,5	18,2	10,7	17,8	14,6	12,9
Amazonas	13,4	12,7	11,0	12,8	16,1	16,7	16,8	18,2	14,5	17,4	12,9	7,3
Roraima	7,1	6,9	6,1	5,6	6,6	8,6	9,8	13,7	11,0	14,5	9,6	7,8
Pará	14,5	12,5	11,4	13,1	13,8	13,3	14,2	15,2	9,2	16,2	9,2	6,0
Amapá	9,5	6,1	7,5	11,9	12,8	10,9	12,4	9,6	12,4	12,6	9,9	4,1
Tocantins	7,6	8,1	6,4	7,1	8,4	6,7	8,2	9,6	6,7	8,6	5,9	4,4
Maranhão	20,7	19,2	17,4	18,2	20,1	21,0	22,3	23,3	15,5	23,3	15,7	12,2
Piauí	15,0	12,9	12,6	11,9	14,8	17,6	17,3	16,6	10,7	17,0	11,9	8,0
Ceará	14,9	14,1	12,3	12,7	14,7	14,2	14,3	13,8	10,2	16,6	11,3	9,3
Rio Grande do Norte	10,8	9,6	8,8	8,6	10,2	12,6	12,4	12,7	6,8	15,0	9,5	6,3
Paraíba	12,7	11,4	9,2	9,8	11,7	12,1	13,5	15,0	10,1	17,5	11,7	7,4
Pernambuco	12,8	10,9	9,8	11,7	13,9	14,2	13,5	14,9	13,1	20,2	13,4	9,3
Alagoas	13,6	15,1	14,2	14,8	15,9	17,6	20,0	17,1	13,2	17,0	13,7	8,8
Sergipe	12,7	10,7	9,6	9,4	13,3	15,6	16,2	14,8	9,1	16,2	11,2	8,1
Bahia	15,0	12,7	9,5	11,5	13,4	16,0	15,8	15,6	10,6	17,5	12,4	8,8
Minas Gerais	4,5	3,8	3,5	3,4	5,0	4,4	4,3	4,6	3,7	5,5	3,8	2,2
Espírito Santo	3,4	3,9	3,6	4,8	5,4	5,9	4,9	4,3	4,6	7,5	4,4	2,7
Rio de Janeiro	3,7	3,5	3,0	3,2	4,0	4,3	4,5	4,7	5,9	7,9	5,1	3,7
São Paulo	2,4	2,1	2,0	2,1	2,8	3,1	3,4	2,8	3,4	4,6	3,0	2,2
Paraná	2,5	1,9	2,0	2,3	2,4	3,0	3,2	3,0	4,0	4,0	3,0	2,2
Santa Catarina	1,7	1,2	1,0	1,2	2,0	1,7	1,7	1,8	2,1	2,5	1,9	1,4
Rio Grande do Sul	2,3	1,9	1,9	1,9	2,3	2,7	2,8	2,6	2,7	3,1	2,9	1,3
Mato Grosso do Sul	2,5	2,4	1,6	2,4	1,9	3,4	3,5	3,0	2,6	4,1	2,8	1,9
Mato Grosso	3,1	2,4	2,3	2,6	2,9	3,3	2,9	2,9	3,4	3,9	4,2	2,6
Goiás	2,3	1,8	2,5	2,2	3,8	3,3	3,6	3,9	3,4	3,9	2,9	1,3
Distrito Federal	2,5	3,2	2,3	2,8	2,4	3,9	3,6	2,2	3,1	4,7	2,3	2,1
Brasil	7,0	6,2	5,5	6,0	7,2	7,6	7,8	7,8	6,3	9,4	6,4	4,4

Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

Elaboração: IMB.

Tabela A.5 – Taxa de Pobreza por Unidade Federativa de 2012 a 2023 – Linha de Pobreza: US\$ 3,65 diários

UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Rondônia	17,7	16,8	13,4	16,0	15,9	13,1	13,9	14,1	11,4	17,2	11,6	7,9
Acre	29,2	29,6	26,1	27,2	32,5	32,3	27,8	31,2	25,0	31,1	25,5	24,9
Amazonas	28,8	27,8	27,4	28,2	34,0	32,6	30,7	32,6	29,9	34,9	26,1	19,0
Roraima	19,6	17,3	16,5	15,3	18,4	19,8	22,5	27,4	25,3	29,8	21,4	16,4
Pará	29,6	28,9	26,7	27,3	30,4	29,1	29,7	29,7	21,0	30,7	21,3	15,4
Amapá	25,2	19,8	23,4	24,0	28,2	29,5	30,4	26,7	22,6	34,9	22,0	14,4
Tocantins	22,9	21,0	16,9	19,6	20,9	18,3	19,0	21,0	17,7	19,2	13,1	11,3
Maranhão	36,9	35,8	33,3	35,2	36,1	36,7	36,4	37,6	28,7	40,0	29,0	24,4
Piauí	29,5	26,8	26,3	23,1	29,6	30,1	28,9	28,8	21,0	29,6	22,6	20,0
Ceará	30,4	28,4	25,4	25,9	28,3	27,1	26,3	25,7	21,8	29,6	23,6	21,2
Rio Grande do Norte	24,2	22,8	20,4	20,1	21,7	24,9	24,6	25,3	17,4	28,0	18,6	17,7
Paraíba	29,3	27,3	22,8	22,6	25,6	23,1	27,0	28,6	21,0	32,6	24,1	19,0
Pernambuco	27,9	25,1	22,1	23,9	26,5	27,6	26,4	27,2	25,3	33,7	25,6	20,7
Alagoas	30,5	32,4	29,5	30,9	31,2	33,4	34,3	31,6	25,1	32,0	25,9	19,8
Sergipe	27,0	27,0	21,7	22,2	27,4	28,5	29,6	29,0	18,1	29,6	22,4	18,7
Bahia	30,0	26,9	23,4	24,0	28,4	30,0	28,6	27,2	21,7	30,5	24,7	19,6
Minas Gerais	12,6	10,8	9,8	9,7	11,7	11,1	10,4	9,8	7,9	12,9	9,5	5,7
Espírito Santo	10,6	10,4	10,9	11,7	12,4	12,3	11,0	10,3	9,3	15,6	8,6	6,5
Rio de Janeiro	9,0	8,8	7,8	8,0	10,0	9,9	9,3	9,5	10,7	13,9	10,6	7,9
São Paulo	5,4	5,3	4,5	5,5	6,3	7,1	7,3	6,5	6,6	8,9	6,3	5,1
Paraná	6,2	6,1	4,7	5,6	7,0	6,6	6,7	6,2	6,7	8,7	6,6	5,0
Santa Catarina	4,2	3,5	2,9	3,1	4,2	3,8	3,8	3,3	4,1	5,3	3,3	2,5
Rio Grande do Sul	6,2	5,1	5,0	4,8	6,0	5,9	6,7	5,4	5,6	6,6	5,3	4,4
Mato Grosso do Sul	7,5	6,8	6,3	7,0	6,9	7,3	8,1	6,8	6,9	10,7	6,5	5,0
Mato Grosso	8,5	7,3	7,0	6,8	8,7	9,6	6,6	6,8	8,0	9,4	8,1	5,3
Goiás	7,8	6,7	6,8	7,9	9,2	8,4	8,3	8,3	8,6	11,6	7,0	3,8
Distrito Federal	7,6	7,0	6,3	6,2	7,8	7,5	7,8	5,8	6,3	9,3	6,4	4,6
Brasil	15,4	14,4	12,9	13,4	15,4	15,5	15,3	14,9	12,8	17,8	13,2	10,3

Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

Elaboração: IMB.

Tabela A.6 – Taxa de Pobreza por Unidade Federativa de 2012 a 2023 – Linha de Pobreza: US\$ 6,85 diários

UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Rondônia	41,8	40,7	38,2	40,4	39,9	38,9	37,1	35,1	31,1	40,8	31,7	26,1
Acre	55,0	54,1	52,5	53,4	57,3	55,1	51,2	52,3	49,2	55,1	51,8	50,5
Amazonas	55,5	55,4	53,5	54,5	61,8	59,9	58,5	58,7	54,8	60,5	57,2	47,3
Roraima	44,0	45,0	41,8	40,4	43,4	47,6	43,2	52,0	51,5	58,9	47,5	37,3
Pará	57,3	57,4	54,2	55,9	57,8	57,3	56,6	57,1	50,5	58,0	49,9	41,3
Amapá	54,8	49,1	48,8	51,2	54,2	59,7	56,9	55,2	51,2	59,9	50,1	33,8
Tocantins	50,6	49,7	44,7	45,8	46,3	45,1	43,6	45,6	41,8	45,8	36,4	30,0
Maranhão	65,7	63,8	62,4	62,6	64,2	64,5	64,5	63,2	59,0	67,1	58,0	52,3
Piauí	57,6	53,3	51,4	51,1	54,7	55,0	54,0	54,4	48,9	53,6	49,7	45,2
Ceará	57,3	53,8	52,6	53,4	55,1	53,1	52,7	51,8	48,9	55,3	51,6	47,6
Rio Grande do Norte	53,2	49,9	47,7	45,3	48,0	50,1	48,4	48,2	44,2	52,5	45,8	43,1
Paraíba	56,5	54,7	51,4	50,0	53,7	51,5	51,8	53,9	52,5	57,6	53,7	47,3
Pernambuco	55,6	51,6	48,5	50,4	53,1	53,5	51,5	52,8	51,2	61,7	52,1	47,4
Alagoas	61,9	61,8	58,4	61,1	59,7	61,2	61,6	59,1	55,8	61,7	55,6	46,0
Sergipe	54,8	53,6	51,2	50,8	52,6	53,6	55,1	54,3	47,2	57,3	47,8	44,5
Bahia	56,8	53,5	50,4	50,5	54,3	55,8	54,8	52,1	48,8	57,4	51,8	45,5
Minas Gerais	33,4	30,5	28,9	28,6	31,9	31,6	30,6	29,0	26,3	33,2	28,5	21,0
Espírito Santo	30,9	31,9	29,8	31,8	33,4	33,1	31,1	29,0	27,9	36,0	27,5	22,0
Rio de Janeiro	28,2	26,5	24,8	25,1	27,1	28,4	27,1	26,8	27,6	32,2	28,1	22,6
São Paulo	19,5	18,5	17,5	19,4	19,7	22,4	21,0	19,7	21,2	25,0	20,4	15,9
Paraná	22,1	20,4	18,9	20,6	22,1	21,2	21,6	20,6	20,6	24,6	20,7	16,4
Santa Catarina	15,8	14,3	13,1	13,3	14,6	13,2	13,5	12,6	14,0	15,5	13,5	11,1
Rio Grande do Sul	21,3	18,2	18,4	17,3	19,2	19,3	20,5	17,0	17,9	20,2	18,0	14,6
Mato Grosso do Sul	27,8	26,0	24,6	24,9	24,0	25,6	25,3	22,7	24,5	30,1	22,0	18,6
Mato Grosso	28,4	24,4	25,7	25,4	27,3	27,6	24,8	24,7	26,0	30,1	23,7	17,3
Goiás	29,2	22,6	25,3	26,2	29,5	27,1	27,7	28,4	27,2	32,8	24,3	18,5
Distrito Federal	23,4	21,2	21,4	21,1	21,8	22,8	21,6	19,7	19,3	23,1	18,4	16,0
Brasil	36,1	33,9	32,4	33,1	35,1	35,6	34,8	33,8	32,6	38,2	32,9	27,5

Fonte: PNAD Contínua (IBGE).

Elaboração: IMB.

